



Território quilombola Mercês sofre novos ataques e ameaças em Ipojuca (PE)

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas de Pernambuco (CONAQ/PE) vêm a público manifestar profundo repúdio diante de mais um grave episódio de violência e violação de direitos cometido contra a Comunidade Quilombola Mercês, localizada no município de Ipojuca, em Pernambuco.

Mais uma vez, o território sofre ataques promovidos pelo Complexo Industrial Portuário de Suape, através de ações que incluem derrubadas de casas, intimidações e ameaças às lideranças quilombolas do território. O ocorrido evidencia a continuidade de um processo histórico de expulsão, violência territorial e racismo ambiental que há décadas atinge as famílias quilombolas da região.

As denúncias feitas pelas lideranças revelam uma realidade marcada pela destruição dos modos de vida tradicionais, pela retirada forçada de moradores e pela imposição de grandes empreendimentos sobre territórios ancestrais. Segundo relatos da própria comunidade, desde a chegada das empresas há cerca de 40 anos, os quilombolas enfrentam perseguições constantes, impedimentos para plantar, construir e permanecer em suas terras.

“Eles derrubam por maldade mesmo. A gente plantava, eles arrancavam. A gente ia construir, eles não deixavam”, denuncia uma liderança da comunidade.

Atualmente, mais de 150 empresas integram o complexo industrial instalado na região, sendo que ao menos 34 delas estão sobrepostas ao território da Comunidade Quilombola Mercês onde vivem cerca de 380 famílias. A expansão econômica promovida pelo Estado brasileiro e pelos grandes empreendimentos não pode continuar acontecendo às custas da violação de direitos humanos, da destruição de territórios tradicionais e da expulsão de famílias quilombolas.

A CONAQ e a CONAQ/PE denunciam que o caso da Comunidade Mercês não é isolado. Trata-se da reprodução de um modelo de desenvolvimento baseado no racismo estrutural, na concentração fundiária e na negação sistemática dos direitos territoriais dos povos quilombolas.

Reafirmamos que território quilombola não é mercadoria. Território é memória, ancestralidade, dignidade e futuro.



Exigimos:

- A imediata suspensão de qualquer ação de derrubada e intimidação contra a comunidade;
- Garantia de proteção às lideranças quilombolas ameaçadas;
- Investigação rigorosa sobre as violações denunciadas;
- Respeito ao direito à Consulta Prévia, Livre e Informada, conforme determina a Convenção 169 da OIT;
- Avanço urgente na regularização e titulação definitiva do território quilombola Mercês.

Seguiremos vigilantes e ao lado da comunidade na defesa da vida, do território e dos direitos do povo quilombola.

Nenhum quilombo a menos.

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ

Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas de Pernambuco - CONAQ/PE

Brasília. 18 de maio de 2026